

masia — Milagre — 3.ª de N. Sra. da Copacabana, levantada sobre o mar da costa do mesmo nome, cujo fundador é desconhecido, constando aliás a sua existência de anos anteriores ao de 1746. O Bispo D. Fr. Antônio do Destêrro, depois de edifica-la de novo e construir ai casas de romaria, doou-a ao Convento do Carmo por uma escritura pública, para trata-la com decência; mas alguns inconvenientes, que sentiu aquela religião, pela residência de alguns de seus indivíduos no sítio, deram motivo a cessão da posse, e administração da Capela, em 13 de julho de 1771. Então cometeu o mesmo Bispo o cuidado do seu trato, da casa dos romeiros, e de seus pertences, ao Seminário de N. Sra. da Lapa, com substituição ao dos órfãos, a quem doou de novo tudo pela Portaria de 24 de maio de 1773, registrada no Livro 2.º das Ordens Episcopais fl. 197. 4.ª de N. Sra. da Conceição fundada por Manoel Antunes Suzano em sua chácara sita a margem do seio de Botafogo, caminho da Praia Vermelha, com provisão de 11 de junho de 1751.

Farta de bellissimas, e puras águas, de que se formam o grande rio da Cabeça e outros menores, cujos despejos recolhe a notável, e piscosa lagoa já mencionada, é seu território repartido em chácaras, sítios e fazendas cultivadas de café, ananazes, diferentes árvores de espinho, e produti-

vas de outras frutas, tôdas saborosíssimas, além de legumes vários. Junto à casa, ou Fábrica da Pólvora se fundou um jardim, onde felizmente nutrem as árvores, e sementes exóticas. V. Liv. 7.º, Cap. 6.

#### *S. Bom Jesus do Monte de Paquatá*

Na Ilha de Paquatá comprida meia légua N. S., que fôra dada, em parte, a Inácio de Bulhões por Sesmaria de 10 de setembro de 1565, e noutra metade, a Fernão Baldez por título semelhante de 11 de novembro de 1566, existia uma Capela dedicada a S. Roque pelo padre Manuel Antunes Espinha, que a fundara com Provisão de 29 de dezembro de 1697 passada em Lisboa por faculdade do Bispo D. José de Barros de Alarcam, e fora benzida a 24 de novembro do ano seguinte para entrar em uso. Como distasse mais de duas, a três léguas de mar, da Paróquia de Magepe( então criada no curto Templo da Piedade Velha), a quem pertencia, para facilitar ao povo ali morador o recurso dos Santos Sacramentos, concedeu-lhe o Bispo D. Fr. Antônio de Guadalupe o privilégio de Pia Batismal, e o de conservar a Extrema-Unção, em Visita de 17 de novembro de 1728; e D. Fr. Antônio do Destêrro, aumentando-lhe aquelas graças, permitiu-lhe também conservar perpétuamente o SS. Sa-



cramento da Eucaristia em Sacrário, criando-a Capela Curada, de que foi 1.º Capelão o Padre Antônio Ramos de Macedo, provido a 26 de fevereiro de 1761.

Erigindo Manuel Cardoso Ramos outra Capela na mesma Ilha sob a dedicação do Senhor Bom Jesus do Monte, e constituindo-lhe patrimônio em 20 braças de terra de testada com 72 de fundo, em que estavam levantadas algumas casas, por Escritura de doação celebrada a 29 de novembro de 1758; se originou daí, que o povo, apeteendo ver criada nesse lugar uma Paróquia em proveito seu, a requeresse estabelecida na Capela de novo fundada, para o que doou o mesmo Ramos outra porção de terras com tôdas as demais propriedades antecedentemente construídas, por Escritura de 12 de junho de 1769, (201) Conhecida por tanto a justa causa, que abonava a súplica dos moradores da Ilha, deliberou o sobre-dito Bispo D. Fr. Antônio do Destêrro erigir a pretendida Freguesia, como erigiu, por Edital de 21 de Junho de 1769, em virtude das Provisões de 13 de Novembro de 1759, expedida pelo Conselho Ultramarino, e de 14 de Dezembro do mesmo ano, enviada pelo Tribunal da Mesa da Consciência, e Ordens, que permitiram aos Bispos dividir as Igrejas Paroquiais, ainda que fôssem

Coladas, e criar outras novas, principalmente nos Sertões.

Não repugnou o Vigário da Matriz de Magepe ao corte do seu território, por conhecer a necessidade, que havia dessa providência em benefício de tantas almas assaz alongadas da sua vista e cuidado; mas o Vigário da Matriz de S. Gonçalo, padre Bento José Caetano Barroso Pereira, pouco satisfeito pela diminuição das Ilhas Jerobaibas, e de Itaoca, adjudicadas à paróquia da nova Freguesia, e não podendo claramente contrariá-la, por haver (em Janeiro de 1761) assinado um Têrmo, em que se obrigava a não renuir qualquer divisão da Igreja, mandada fazer a todo o tempo por S. Magestade; (202) por interposta pessoa de Manuel Ramos de Azevedo, e de outros semelhantes, que figuraram, sustentou rigorosa resistência àquela parte do território dividido, até conseguir, em 1770, pela Mesa da Coroa o Acórdão, que mandou restituir à Freguesia de São Gonçalo os moradores das Jerobaibas, por não dever subsistir a nova Paróquia. Em consequência da mesma Resolução ou Acórdão, appareceu em Juízo no anno seguinte uma porção de moradores habitantes na ponta da Ilha, em que está a Capela de S. Roque, requerendo a sua restituição à Freguesia de Magepe, pelos mesmos fundamentos tomados a favor dos habitantes das Je-



robaibas, e Itaoca, com a condição de se conservar a posse de ter ali Sacrário, Pia batismal, e um Capelão Curado; e assim obtiveram no 2.º Acórdão, a que se seguiram mais três, pela repugnância do Diocesano em cumprir o 2.º, e últimamente o Assento do Desembargo tomado no dia 21 de Julho de 1771. (203)

Agregada de novo a Ilha Paquatá à Freguesia de Magepe, por não existir a que aí fôra criada, pretendeu o padre Joaquim José da Silva ser Pároco dela; e conseguindo ser Apresentado, com o falso pretexto de ter sido novamente ereta a Paroquial Igreja da Ilha de Paquatá, demitiu a Vigararia de S. Barnabé, que ocupava, cuja demissão se lhe aceitou pelo Real Aviso de 19 de Junho de 1806, segundo consta da Provisão de 15 de Julho do mesmo ano, expedida pela Mesa da Consciência, e Ordens, que mandou pôr o concurso a suposta Paróquia; mas, não se realizando essa graça pela causa referida de não existir a Freguesia de Paquatá, continuou a Ilha na sua qualidade antiga, e o Pároco Apresentado ficou na posse do benefício que ocupava.

Neste estado permanecia o território de Paquatá até requererem de novo os seus moradores à S.M. que se servisse de atender as circunstâncias, mandando criar ali nova Paróquia; e tendo o R. Bispo informado sôbre a súplica, por

Aviso de 13 de janeiro de 1809, consultou a Mesa da Consciência, e Ordens este negócio em 24 de janeiro de 1810. Por Decreto de 4 de Agôsto do mesmo foi Apresentado nesta nova Igreja Paroquial do Senhor Bom Jesus do Monte o Padre Manuel Teixeira de Campos.

Consta a nova Paróquia de abundantes fogos, e a proporção dêles é o número de almas. No seu distrito tem a sobredita Capela de S. Roque.

#### *N. S. da Conceição de Piratinim*

A requerimento dos habitantes do Capão Grande de Piratinim, distrito assaz longo da Freguesia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, se desuniu essa parte de terreno, para dar espaço suficiente à nova Paróquia de N. S. da Conceição de Piratinim, em conformidade da Real Resolução de 3 de Abril de 1810 à Consulta da Mesa da Consciência e Ordens de 21 de Fevereiro do mesmo ano. E' dela 1.º Pároco próprio o padre Jacinto José Pinto Moreira, por Apresentação de 5 de Abril do mesmo ano, que também ocupa a Vara da nova Comarca aí criada em 30 de Novembro de 1815, cuja Jurisdição abrange as novas Freguesias da Lagoa do Jaguarão, denominada hoje do Espírito Santo do Arroio Grande, e da Conceição de Canguçu. Contava o total de 3.673 almas no ano 1814.



de Almeida Portugal, 3.º Marquês de Alorna; mais observando-lhe certos motivos políticos a sua partida foi governar a Província do Alentejo.

(199) D. Tomás da Incarnação (Histor. Ecles. Lusit. T. 1. Prolegom. Cap. 2, pág. mi 43) referiu que Clemente VIII instituiu em 1601 nova Sé Episcopal na Cidade de Angamal, com sujeição à Metropole de Goa; e que Paulo V transferiu no ano de 1605 a Cadeira para Cranganor, a quem do seio de Bengala para Malabar, aumentando-a com a honra de Arcebispado, chamado hoje de Cranganor, é da Serra. Morelli, porém, (Fasti Novi Orbis. Ordinatio. 90. An. 1558 et Ordinatio. 195. An. 1600) disse, que fora criado Bispo de Cranganor, sufragâneo ao Arcebispo de Goa, em 1600; e levado a Arcebispado, sem sufragâneos, em 1607. É situado no Reino de Calecut, e também se denomina Igreja de Angamal.

(200) O Alvará de 24 de abril de 1801 § 14. Autorizou os governadores e Capitães Generais a principiarem o estabelecimento de Fábricas Reais, em que se manufacturasse pólvora com o salitre do país, cuja venda fosse por conta da Real Fazenda. Até o ano de 1808 não se cuidou dessa Casa na Capitania do Rio de Janeiro, nem noutra do Brasil, que então se erigiu no sítio da Lagoa, por decreto de 13 de maio, com privilégio exclusivo para a Real Fazenda. Por C.R. de 22 de julho de 1811 vende-se desta pólvora somente para as Capitânicas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, S. Paulo, Rio Grande de S. Pedro e Portos da Costa da África; e a Fábrica de Portugal não deve vender pólvora senão para os portos e Capitânicas do Pará, Maranhão, Ceará, Ilha dos Açores, Madeira, Porto Santo, Ilha de Cabo Verde, e para o Exército e Marinha. O aviso de 19 de junho de 1809 mandou estabelecer uma nitreira na Vila de Moura; e em 16 meses aprontaram-se 822 arrobas de salitre bruto. Na Comarca de Sabará, Capitania de Minas Gerais, tem crescido notavelmente as nitreiras artificiais, cujo produto é já de centenaes de arrobas.

(201) Em testamento, com que faleceu o fundador da Capela, foi declarado, que tendo elle comprado a Pedro João 40 braças de terra de testada com os fundos compe-

tentes, livres de foro, e qualquer outra pensão, em parte delas fizera algumas moradas de casa, e outra porção se achava occupada por certos foreiros. Que parte dessas casas, sitas na estrada para S. Roque da banda do mar, dava em patrimônio à Capela, e ratificava a doação anterior das outras, e das terras, em que foram fundadas da estrada para o mar, e misticas à mesma Capela. Como pela Escriitura de 12 de Junho havia o sobredito Ramos doado outra porção de terras, e casas para o Sertão, quando se verificou a ereção da Freguesia; não persistindo esta, se distratou a Escriitura por Despacho do Bispo que a fundara.

(202) No Liv. de Registr. das Ordens Reg. fl. 215 conservado na Secretaria deste Bispado do Rio de Janeiro, se vê o Registro de uma Certidão do Secretário da Mesa da Consciência, e Ordens, passada em 12 de Outubro de 1754, por que consta Haver S. Majestade resolvido a 10 de Agosto do mesmo ano, a Consulta do Tribunal da Mesa da Consciência, e Ordens de 8 de Julho antecedente, Sendo Servido Ordenar, que os provimentos das Igrejas, mandadas pôr em Concurso, se fizessem com a cláusula, de se poderem dividir, quando se julgasse necessário, sem que os providos o podessem impedir; e que estes fariam Termo na Secretaria da Ordem de Cristo, antes de se lhes impedir a sua Carta de apresentação, de não se oporem à divisão das ditas Igrejas, que se julgasse necessária. Nesta conformidade foi lavrado o Termo que o sobredito Vigário assinou (no Liv. 3 deles), e assim se lhe declarou na Provisão de Confirmação da Igreja. De então, em diante, ficou em prática assinarem os Párocos de novo providos Termo semelhante de estar por toda e qualquer divisão, que para o futuro se faça de suas Igrejas, como se vê dos competentes Livros. A mesma prática se observa no Arcebispado da Bahia, segundo a Informação do Arcebispo D. Fr. José de Santa Escolástica, dada ao Tribunal da Mesa da Consciência, e Ordens, sobre a súplica da Câmara da Vila de Santo Amaro das Grotas, na Comarca de Sergipe de El-Rei, para se dividir a Freguesia de São Gonçalo do Pé do Banco; e semelhantemente fêz executar o R. Bispo de Mariana D. Fr. Manuel da Cruz, como elle afirmou na Conta de 26 de Novembro de 1753 sobre o



conteúdo na Provisão do Tribunal da M.C.O. a respeito dos Curatos desunidos das Paróquias sem Autoridade Régia, e sem as formalidades de Direito. Não obstante ser patente aquela Ordem Régia, que nem os RR. Bispos, nem os Párocos podiam ignorá-la, pouco a pouco foi caindo em desuso; de cujo defeito tiveram princípio as repugnâncias de alguns párocos quando se fez preciso dividir-lhes os territórios para se criarem nêles novas Paróquias em benefício de numerosos povos, que pelas longitudes, asperezas de caminhos, etc. requereram a providência de novas Igrejas Matrizes, onde comodamente pudessem ver, e ser vistos pelo seu Pastor, satisfazer os deveres Católicos, e procurar os Santos Sacramentos em suas necessidades. Nestas circunstâncias para que se não duvidasse mais da cessão dos territórios para se criarem novas Paróquias, suscitou o Tribunal da M.C.O. do Brasil aquela Ordem, mandando declarar nas Cartas de Apresentação de tais Benefícios a cláusula sobredita, em conformidade da Resolução Régia citada.

(203) Cinco foram os fundamentos daqueles Acórdãos: 1.º, a incompetência do Diocesano de poder a seu arbitrio erigir Paróquia, sem autoridade do Padroeiro; 2.º, a falta de consentimento da maior parte dos paroquianos; 3.º, a falta de justa causa para a desmembração; 4.º, a falta de consentimento, e vontade dos Párocos; 5.º, e último, a falta de assenso do Padroeiro. Note-se porém, que o 1.º fundamento não podia subsistir, à vista das Provisões de 13 de Novembro, e de 14 de Dezembro de 1759, já referidas; que o 2.º nenhum vigor tinha, por não lembrar a Doutor algum Canonista esse requisito, que apontou Manuel Álvares Ferreira no Tract. Novor. Oper aedificationib. Liv. 1. Discurs. 5. n. 39; mas no caso de ser necessário ao menos, a maior parte dos paroquianos, bastava constar por um documento a fl. 17 dos Autos, que os descontentes chegavam apenas ao número de 43, e pela informação do Bispo, apensa aos mesmos Autos, constava o todo dos habitantes da Ilha de 1.000 almas de Comunhão; que o 3.º foi inteiramente insustentável, sendo notória, e bem visível a distância de 3 a 4 léguas de mar, que medem entre a Ilha, e a Matriz de Magepe, cujo motivo só era mui suficiente, para se criar a nova Paróquia

em benefício dos moradores da Ilha, que sem incômodo notável não podiam recorrer à Matriz, acontecendo por isso morrerem muitos sem Sacramentos. De onde quer que provenha grande dificuldade ao povo em receber os Santos Sacramentos, se considera haver causa justa para se erigir nova Paróquia, prescindindo da distância do lugar; nesta consideração disse o Conc. de Trento Sess. 21 de Reform. Cap. 4 = *In iis vero, in quibus ob locorum distantiam, sive difficultaten parochiani sine magno incommodo ad percipiendam Sacramenta, et divina officia audienda accedere non possunt, novas parochias, etiam invictis Rectoribus... constituere possint.* = Para provar, que os Paroquianos não podem procurar a Matriz sem incômodo grande, não é preciso, que alguma vez tenham finalizado sem Sacramentos "*sed satis est (como observou Fagnano ao Cap. Ad audientiam 3. De Eccles. aedificand. num. 17) ad validitatem erectionis, ut immineat periculum, ne sic decedant; neque huiusmodi eventus est expectandus, quin potius praeveniendum, ne contigat, cum satius sit occurrere in tempore, quam post exitum vindicare, seu post vulnenum causam remedium quaerere.*" Dêste sentimento foi também a Sagrada Congregação, referida pelo mesmo Fagnano. Sobre o 4.º fundamento seria bastante ler o sobrecitado Concílio, para não hesitar a esse respeito; mas, além do que ali se vê disposto, e ordenado, existiam já, ao tempo da questão, as Provisões acima apontadas, e a Resolução de Consulta da Mesa da Consciência, e Ordens, publicada por um Edital, cujos documentos não podiam ser ignorados, nem conservar-se em segredo, servindo êles de socorro ao Bispo, para defesa do seu procedimento, e de subsidio aos Juizes da Mesa da Coroa, para julgarem a causa, secundum jus; porém, desprezado tudo que patrocinava a subsistência da nova Freguesia, foi de necessidade que ela desaparecesse, tendo-a paroquiado dois Sacerdotes; 1.º, o padre José da Silva Furtado, com Provisão de 26 de Junho de 1769 e o 2.º, o padre João de Araújo de Macedo, com Provisão de 22 de Novembro de 1770. Sobre o 5.º e último fundamento, será também bastante dizer, que tendo o Padroeiro



(o Soberano Grão Mestre da Ordem de Cristo) feito expedir por seus Tribunais as duas Provisões citadas acima, permitindo o fato das divisões das Igrejas, ainda as atualmente Coladas, por elas mesmo prestou o seu assenso, independente de outras formalidade.

(204) V. Cap. 1 a Memória dessa Freguesia.

(205) Bem que as Igrejas Paroquiais do Bispado do Rio de Janeiro tenham tôdas a Cõgrua de duzentos mil réis pelo Alvará de 9 de Novembro de 1749; nas circunstâncias atuais, em que foi ereta esta Freguesia, se lhe consultou a Cõgrua de cem mil réis, ficando os moradores obrigados ao pagamento das conhecenças, na forma da Constituição do Arcebispado da Bahia, além dos mais benesses costumados; e outrossim, que se concedesse à mesma nova Igreja Paroquial um espaço de terra de cem braças de frente, e outro tanto de fundo, que servisse de Passal, com a natureza de bens da Ordem de Cristo, e as não pudessem os Párocos alienar.

(206) Vêde tom. 7.

(207) Vêde a descrição, e noticia dêsse Rio no Liv. 2.º Cap. 1 sob a memória da Freguesia de N. Sra. da Vitória.

(208) Lugar assim denominado ao lado Meridional do Rio Doce, desde o tempo em que governou a Capitania o mencionado Pontes Leme, estabelecendo o Quartel do Destacamento.

(209) O Riacho, onde se acha o Quartel dos Comboios, dista poucas horas de jornada da Lagoa do Campo, a Oeste, ou seja por terra, ou pelo rio, que lá vai ter, cuja barra é incapaz de receber canoas. A aldeia do Campo é assaz grande, e povoada de índios. Do sítio de Linhares não se alonga muito o grande, e piscoso Lago de Japaraná, que dividindo-se em dois braços, desagua um a Leste da povoação, e mistura o outro com o Mar do Brasil na praia de S. Mateus. Sua circunferência mostra ser de 10 a 12 léguas, e tem de fundo conhecido quatro

a cinco braças. Sôbre a navegação do Rio Doce mandou El-Rei D. João V, expediu várias providências, cujo resultado consta ser feliz; e há tôda certeza de proveito ao Comércio das Minas Gerais, à civilização dos índios habitantes dêsse vastíssimo Sertão e à cultura de suas terras, para onde concorrem muitos colonos novos. Vêde no Liv. 8, P. 2, Cap. 4 a Memória das Minas Gerais.

(210) V. Cap. 1 a Freguesia da Sagrada Família de Ipuca.

(211) Na Memória da Freguesia de Anhum-mirim ficaram notadas as Capelas subsistentes sôbre a Serra, que hoje se encerram no distrito desta nova Matriz. A de Matosinho teve acesso a Curato; e no sítio Fagundes, onde havia apenas um Oratório, foi também criado outro Curato.

(212) Vêde a Gazeta N. 52, 1.º de Julho de 1818, que referiu o estado, e as circunstâncias da nova estrada, dirigida desta Povoação de Viana até Vila Rica, Capitania das Minas Gerais.